



O CORPO TRAVESTI NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR¹

Francisca Islandia Cardoso da Silva²
Ana Lúcia Galinkin³

RESUMO

Construído a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com três mulheres autodefinidas travestis e atuantes como trabalhadoras sexuais em uma região do Distrito Federal, o estudo busca a partir das trajetórias escolares das participantes analisar a atuação da educação física quanto à diversidade de gênero. As informações coletadas mostram a educação física como propagadora da heteronormatividade em virtude de seu silêncio quanto ao sofrimento causado por atos discriminatórios.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo; Gênero; Sexualidade; Educação Física.

1 INTRODUÇÃO

Travestis, segundo Wiliam Siqueira Peres (2009, p. 236), são pessoas “que se identificam com a imagem e o estilo feminino, apropriando-se de indumentárias e adereços de sua estética, realizando com frequência a transformação de seus corpos” por meio de hormônios ou procedimentos cirúrgicos. Ao representar física e culturalmente o conflito com a designação binária de homem ou mulher, subvertendo as rígidas normas do sistema corpo-sexo-gênero, travestis configuram possibilidades identitárias consideradas anormais.

Haja vista, historicamente, a educação física não ser independente do contexto sociocultural de uma dada população e poder agir ora como propagandista de práticas e regras de conduta sociais hegemônicas, ora como campo de produção de novas práticas e conceitos, o objetivo deste artigo é analisar a atuação deste – até o momento – componente curricular quanto à diversidade de gênero de mulheres autodefinidas travestis.

2 METODOLOGIA

Participaram do estudo três mulheres autodefinidas travestis, trabalhadoras sexuais no Distrito Federal e cujos nome fictícios aqui adotados são: (i) Vanessa: 27 anos, ensino fundamental incompleto; (ii) Gabriele: 23 anos, militante do movimento

1 O presente trabalho (não) contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

2 Universidade de Brasília (UnB), islandiacardoso@hotmail.com

3 Universidade de Brasília (UnB), anagalinkin@gmail.com

LGBT, ensino superior incompleto e; (iii) Ana: 19 anos, ensino superior incompleto. A composição do grupo por trabalhadoras sexuais leva em consideração este ser o principal espaço de experiência travesti no Brasil, conforme Kulick (2008, p. 106).

As informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas produzidas em separado e cujo roteiro incluía o modo de apresentação na escola (vestuário e comportamento) e o relacionamento com colegas e professores.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi apresentado e assinado pelas participantes informando, de modo detalhado, os objetivos, procedimentos metodológicos da pesquisa, modo de participação e o sigilo em relação às suas identidades.

3 RESULTADOS

Área cujo fundamento lógico é a visibilidade do corpo, a educação física ao longo de sua história esteve inúmeras vezes pautada em práticas e discursos generificados mais explícitos do que em outros componentes curriculares. No século passado, restrições legais e/ou médicas regulamentavam as práticas corporais e a educação física de modo a tipificar os movimentos que cada um deveria fazer de acordo com os ideais de feminino e masculino aceitos socialmente. Hoje, a legislação não sustenta tal ação, mas a ação pedagógica de parte dos professores continua a indicar lugares de gênero através de vigilância.

Nessa perspectiva, Louro (2003, p. 75) aponta que, muitas vezes, nas aulas de educação física são evidenciadas estratégias de normatização e avaliação do comportamento psicológico e motor dos alunos, disciplinamento que se dá não somente por mecanismos discursivos e de punição. Esse esquadrinhamento corporal pode ser verificado na narrativa de Gabriele, que relatou ter sofrido discriminação por parte dos colegas de escola e, quando denunciava esses atos aos professores, era transformada de vítima a culpada sob a justificativa que era ela quem estava desrespeitando as regras de convivência, afinal, ela era o ser diferente.

As relações de poder sobre os corpos nas aulas foram assinaladas por Vanessa que, por vergonha e para não ser verbal e fisicamente agredida decidiu por camuflar-se na escola, escondendo seu gênero e sua orientação sexual através de roupas ditas mais masculinas e a forma de andar e falar. Confiscado pelos dispositivos da sexualidade e da heteronormatividade, o corpo travesti é privado de qualquer valor positivo.

Diferente de Vanessa, Ana e Gabriele se assumiram travestis no período escolar, mas suas narrativas também indicam o efeito de discursos normalizadores no ambiente escolar e nas aulas de educação física, os quais são tomados como verdades e, por isso, inquestionáveis. A estratégia de Vanessa de adestrar seu corpo e comportamentos, observar e tentar manipular a forma como se vê e é vista, é produto do que Foucault (2011, p. 105) chamou de poder disciplinar.

Sobre os professores, as entrevistadas afirmaram que, apesar de não as insultarem, estes permaneciam em um incômodo silêncio frente às ações discriminatórias produzidas por estudantes. Essas informações posicionam o ambiente escolar como

espaço de discriminação, normatização e regulação daqueles que não fazem parte do que é tido como correto. Para além disso, os professores legitimaram, através do silêncio, o exercício da violência pelos que seguem o padrão binário e, implicitamente, revela suas próprias concepções do que é permitido para cada gênero. Conforme Louro (2003, p. 68), ao evitar falar sobre homossexuais “talvez se pretenda ‘eliminá-los/as’, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas ‘normais’ os/as conheçam e possam desejá-los/as”. A existência dessas pessoas é negada ao campo de discussão, mas totalmente exposta ao de ridicularização.

Ao tornar público seu relacionamento amoroso com um homem, Vanessa foi alvo de comentários preconceituosos por parte dos colegas e aconselhada por um professor a evitar expor sua vida pessoal nos arredores da escola:

Se eu fosse sair com um homem que fosse em lugar mais distante, outro bairro pra ninguém ver. Tomar cuidado com meu jeito ... mais feminino.

A participante se tornou um problema para a escola ao não cumprir com os valores e atributos definidos como corretos. O conselho recebido pela entrevistada corrobora o argumento de Louro (2010, p. 29-30) de que o discurso heteronormativo aceita o homossexual desde que essa sexualidade seja vivida de uma forma velada, ou seja, é possível ser um homossexual desde que não se quebre as regras morais dominantes e exponha essa relação a toda sociedade. Logo, comportamentos, práticas e desejos devem manter-se confinados a ambientes privados. Esta suposta postura de bondade e tolerância contribui para o processo de discriminação e para a perpetuação da concepção de que a conduta de homossexuais é desviante.

O impedimento do uso do nome social e do banheiro conforme o gênero são estratégias do dispositivo da heteronormatividade que, imbricado às práticas educacionais, atinge as identidades travestis apagando as identificações contrárias ao imperativo heterossexual (BUTLER, 2010, p. 155) através do controle dos corpos e determinando/interditando espaços aos quais esses sujeitos podem ou não pertencer. Nessa perspectiva, Gabriele foi alvo de reiteraões das normas de gênero:

Era desconfortável, eu vestida como mulher, ter de responder ‘presente’ pra um nome de homem. [...] aí, na aula de educação física, a professora era legal. Separava os times em feminino e masculino ... me colocava com as meninas. Só que terminava, eu tinha que banhar no banheiro dos homens, porque a direção não permitia eu usar o outro. Era um problema. Esperava todo mundo terminar ‘pra’ eu ir lá banhar.

Tendo em vista ser o corpo o instrumento de manifestação física do ser social, o que inclui sua identidade de gênero, Dornelles; Molina Neto (2013, p. 119) argumentam que a partir do modo como aborda a temática de gênero, o professor de educação física poderá proporcionar o reconhecimento das diferenças entre as pessoas, produzindo uma melhor interação social. Por outro lado, ainda que alguns professores façam uso do regime de co-educação em sua prática de ensino, “a Educação Física parece ser uma área onde as resistências ao trabalho integrado persistem, ou melhor, onde as resistências provavelmente se renovam, a partir de outras argumentações ou de novas teorizações” (LOURO, 2003, p. 72). Tal atitude é preocupante, pois traz em si o questionamento do papel emancipador da educação

física sobre os sujeitos e sobre a cultura corporal, podendo ser usada como argumento para pôr em xeque sua continuidade como componente curricular educacional já que seria uma mera disciplina voltada apenas à reprodução de movimentos e fundamentos técnicos.

Em sua cidade natal, Ana foi rejeitada pela escola em decorrência de seu gênero representar uma transgressão das determinações de masculino, de homem. Já em uma segunda escola, onde decidiu se assumir travesti, a participante manteve boa convivência com colegas e professores, que manifestaram atitudes e ações de apoio, respeito e solidariedade a ela, chamando-a pelo nome social, permitindo que usasse o banheiro feminino e participando de atividades na aula de educação física com todos os outros alunos.

Nesse novo contexto, entende-se que a escola pode desempenhar função de manutenção e reprodução das imposições heteronormativas, mas também, pode vir a ser um lugar de pertencimento, um espaço onde novos valores possam ser estabelecidos. A escola pode ser instrumento de questionamento do sistema heteronormativo através de uma concepção de educação que valoriza a diferença (LOURO, 2003, p. 78-79).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há que se reconhecer e valorizar as visíveis mudanças no comportamento social brasileiro na última década devido à luta dos movimentos sociais. No estudo, verificou-se a existência de espaços de transgressão à norma; professores que estimulam a superação dos preconceitos e limites impostos ao gênero. É imprescindível que essa resistência continue a existir, pois só assim o direito à educação não será restrito àqueles que adequem seu comportamento aos gêneros inteligíveis.

No entanto, as narrativas das participantes também destacaram a influência dos dispositivos da heteronormatividade sobre o papel exercido pela educação física na construção e contextualização de sociabilidades e identidades, de modo a instaurar hierarquias e obrigar os sujeitos a seguirem uma relação causal e linear que leva do sexo biológico ao gênero.

Esse leque de estratégias de vigilância e punição aos que fogem à norma binária é reflexo do processo de formação de educadores, afinal eles também são produto de uma sociedade que define gênero e sexualidade como categorias naturais e imutáveis. Para que a educação física possa, enfim, atuar não somente como veículo de disseminação cultural, mas, também, de produção é necessário repensar a formação inicial de professores que tanto frisa aspectos biológicos em detrimento de sociais, afinal corpo também é cultura.

THE TRANSVESTITE BODY IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION

abstract: Constructed from semi-structured interviews with three women self-defined transvestites, sex workers in a region of the Federal District, the study seeks, from the trajectories of the participants, to analyze the performance of physical education in terms of gender diversity. The informations collected shows physical education as the propagator of heteronormativity due to its silence regarding the suffering caused by discriminatory acts.

KEYWORDS: *Body; Genre; Sexuality; Physical Education.*

EL CUERPO TRAVESTI EN LA EDUCACIÓN FÍSICA EN LA ESCUELA

RESUMEN: A partir de entrevistas semiestructuradas con tres mujeres que designan a sí mismas como travestis, profesionales del sexo en una región del Distrito Federal, el estudio busca, a partir de las trayectorias escolares, analizar el modo de acción de la educación física en la diversidad de género. Las informaciones recogidas muestran la educación física como promotora de la heteronormatividad debido a su silencio sobre el sufrimiento causado por los actos discriminatorios.

PALABRAS CLAVES: Cuerpo; Género; Sexualidad; Educación Física.

5 REFERÊNCIAS

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, G. L.; et al. (Orgs.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172.

DORNELLES, P. G.; MOLINA NETO, V. O estudo do futebol na escola: a perspectiva das estudantes com experiências positivas nas aulas de educação física em turmas de 5ª a 7ª séries. In: KUNZ, E. (Org.). **Didática da Educação Física 3: futebol**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2013. p. 89-131.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 29. reimp. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LOURO, G. L. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, G. L.; et al. (Orgs.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 7-34.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

PERES, W. S. *Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira*. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 234-263.